



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

OUTUBRO DE 1992
Nº 27

AEPET e a imprensa

Alguns setores da imprensa continuam a dar amplo espaço aos inimigos da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. As armas por eles utilizadas são sempre as mesmas: as meias verdades, a desinformação, as mentiras e as aleivosias. Exemplo desta leviandade e irresponsabilidade que marcam estes ataques é a carta do Sr. Juarez Cerqueira Carneiro, publicada no O Globo do dia 2 de outubro último, onde ele afirma que os petroleiros têm "carro e gasolina de graça". A AEPET, através dos seus diretores e associados, tem procurado restabelecer a verdade, informando os leitores por meio de artigos e correspondências endereçadas aos jornais, dos quais estamos publicando alguns neste boletim.

O Globo 09/10/92

Cartas dos leitores

• Petrobrás

O sr. Juarez C. Carneiro, em carta publicada no dia 2/10, fez acusações absurdas e levinas sobre a Petrobrás e seus empregados e que merecem diversos reparos: 1 — Os milhares de trabalhadores petroleiros não possuem "mamata" alguma. São assalariados regidos pela CLT com os mesmos direitos e deveres que os demais; 2 — As aposentadorias dos "marajás" não são às custas da União, porque os petroleiros contribuem durante todos seus anos de serviço para a Fundação Petros, visando a suplementação das aposentadorias; 3 — Os tratamentos médicos e dentários dos petroleiros e seus dependentes são feitos com profissionais conveniados que recebem pelos serviços prestados 30 dias após a apresentação da fatura. A parcela é descontada do salário do empregado, o que não caracteriza privilégio algum para a categoria; 4 — Salários "altíssimos": um engenheiro com 20 anos de experiência recebe cerca de US\$ 1.800 líquidos, enquanto em qualquer país do Primeiro Mundo receberia de US\$ 5 mil a US\$ 7 mil mensais; 5 — Licença prêmio: não existe, pura invenção do sr. Juarez; 6 — Carro e gasolina de graça: mentira; 7 — O custo de extração de petróleo é justamente o oposto do que o sr. Juarez afirmou, chegando a menos de US\$ 7 o barril na Bacia de Campos em alguns casos; 8 — A nossa gasolina é uma das mais baratas do mundo. Somente 28% do valor por litro cabe à Petrobrás, ficando o restante para a União, impostos e subsídios. Sr. Juarez: não se oriente apenas pelas opiniões tendenciosas do sr. Roberto Campos para não incorrer em tantos erros e desinformações.

Sérgio Ferreira da Rocha,
Ex. dir. cultural da AEPET

O Globo 03/09/92

Cartas dos leitores

● Privatização

Na ficção das privatizações do BNDES, O GLOBO de 16/8 publicou a notícia "Petrobrás estão estacionadas moedas podres no valor de US\$ 1,2 bilhão, sem contar a venda da Fósforil. O que fazer com esse dinheiro?" Esta é uma pergunta para ser respondida pelo presidente do BNDES, sr. Modiano, que fazia parte da equipe da Ministra Zélia. Zélia, que conhecia o Magri, que conhecia o Alcenir, que conhecia o João Santana, que conhecia o Eduardo Teixeira, e todos conheciam o PC Farias, que conhecia o Collor. O programa de "privatização" visava à capitalização do Estado para investir no social. Já foram privatizadas mais de 15 empresas estatais lucrativas; no entanto, o Estado ficou mais pobre ainda, o que permite as seguintes indagações: Onde está o dinheiro verdadeiro das vendas das estatais? Esse dinheiro existe? Em que banco, em que país, em que planeta está depositado? A proposta de privatização é a seguinte: se a CPI do PC Farias vale milhares de Magris, quantos PC Farias valerá a CPI das privatizações?

José Conrado de Souza, diretor cultural da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Rio

O Brasil, a Argentina e o petróleo

RICARDO MARANHÃO

Em artigo publicado no JB, com o título *O gás dos vizinhos*, Noenio Spinola defende a privatização do setor energético brasileiro, afirmando que deveríamos seguir o exemplo argentino.

Para ele a Argentina está "em busca do tempo perdido e de um novo destino", e "petróleo, gás, energia hidrelétrica e fontes alternativas formam o coquetel mais importante neste fim de século e os argentinos estão privatizando o que podem". Para o articulista "o Brasil continua patinando, pois nunca levou a sério a energia" e é imperioso ir buscar respostas fora do Estado e no investimento privado, local ou estrangeiro".

Quanto ao petróleo, sua sugestão nos parece insensata. Dados disponíveis indicam o caminho inverso: recomendam o fortalecimento da Petrobrás e do monopólio estatal, assegurando-lhe mediante preços justos e transparentes para a sociedade, os recursos necessários aos investimentos que garantirão a auto-suficiência.

No petróleo, os argentinos começaram bem antes de nós. A estatal YPF é das mais antigas companhias do mundo, fundada em 1922. Em 1907 foi descoberto petróleo em Comodoro Rivadavia. No Brasil, o poço de Lobato é de 1939 e a criação da Petrobrás de 1953.

Há anos a Argentina pratica política que favorece grupos privados, nacionais e estrangeiros, abdicando do controle do Estado, sobre este setor estratégico: em 1959 Frondizi firmou contratos com multinacionais, depois anulados por Illia, e, em 1967, a Lei 1731 ensejou a participação de empresas privadas em todos os segmentos da indústria: entre 1967 e 1979 são entregues a particulares áreas descobertas e já desenvolvidas pela YPF. A privatização prossegue até 1989, intensificando-se com Menem.

Esta política trouxe graves prejuízos para a Argentina. O país, até 1984 segundo produtor de óleo na América do Sul, perdeu a posição justamente para o Brasil.

As reservas argentinas, após estagnarem, no período 1970/1974, decresceram, e em 1987 eram inferiores as de 1970! As brasileiras, ao contrário, cresceram, no mesmo período, mais de 200%.

De 1970 a 1989 a produção de óleo de nossos vizinhos cresceu apenas 6%. No mesmo intervalo a nossa, cuidada pela Petrobrás, mais do que triplicou.

Estudos promovidos por técnicos do Instituto de Economia Energética (IDEE) mostram uma real possibilidade de desabastecimento da Argentina. Em seu relatório elaborado com a participação da Coppe/UFRJ (Política de preços de los hidrocarburos: Um estudio comparativo de los casos de Argentina y Brasil), os especialistas registram os resultados brasileiros, muito superiores aos argentinos.

Publicações como *World oil* mostram que a produtividade dos poços no Brasil chega a ser 130% maior que a da Argentina. Para os técnicos "a comparação entre os investimentos em exploração, realizados na Argentina, pelas empresas privadas (Plano Houston) e os da Petrobrás, mostram claramente que as possibilidades de êxito na Argentina são mínimas". Entre 1980/1989 a Petrobrás investiu, em exploração, a média anual de US\$ 730 milhões, acumulando, no período, US\$ 7,287 bilhões, enquanto, em cinco anos, atuando em 60 áreas, as 21 empresas do Plano Houston, apenas US\$ 113 milhões, ou seja, os investimentos anuais de todas as empresas representam apenas 3% da média anual da Petrobrás.

Para o IDEE "uma lição que se tira do estudo é que, para assegurar abastecimento petrolífero a custos razoáveis, um esquema de monopólio estatal apresenta múltiplas vantagens em relação ao fracionamento das atividades. A presença privada na Argentina trouxe muito mais prejuízos do que benefícios".

Por tudo isto parece injusto e equivocado o registro de Spinola de que os argentinos "não menosprezam os brasileiros, mas deixam transparecer certo convencimento de que o Brasil perdeu a capacidade para pensar a fundo".

Vice-presidente do Clube de Engenharia.

Diário de Pernambuco 15/10/92

O sucesso da Petrobrás é a vitória do Brasil

Ricardo Maranhão

Com o título "O tamanho do sucesso não é o da Petrobrás!!!", o DIÁRIO DE PERNAMBUCO publicou, em 26.08.92, página A5, um artigo do Sr. Fernando Paulo Freitas, no qual o articulista investe, destemperadamente, contra a nossa entidade, ataca a Petrobrás e procura desmerecer os petroleiros e demais servidores do setor estatal, segundo ele "acostumados à indolência e letargia de folgados e acomodados funcionários públicos".

O artigo do Sr. Freitas, eivado de preconceitos, expresso em linguagem chula, verdadeiro amontoado de aleivosias, não mereceria resposta, não fosse o nosso apreço pela inteligência dos leitores e o imperativo de restabelecer a verdade.

Afirma ele que "produtividade e competitividade são coisas que a Petrobrás não sabe o que significam", e, mais adiante, "quem não tem competência não se estabelece". Cabe esclarecer que a Petrobrás coloca os seus produtos, derivados de petróleo, no mercado interno, sem alíquotas de proteção — um caso raro no Brasil — a preços inferiores aos praticados nos mercados internacionais de Rotterdam, Cingapura e do Golfo do México. Nos últimos 10 anos a sociedade brasileira economizou mais de US\$ 58 bilhões, em razão da diferença entre os preços médios de realização praticados pela Petrobrás e os vigentes em Rotterdam. A Petrobrás encontrou e já produz petróleo nos campos de Tubarão, Estrela do Mar e Coral, na Bacia de Santos, em área que esteve entregue, por oito anos, em regime de contratos de risco, às empresas estrangeiras Pecten, Chevron, Marathon e British Petroleum, que nada acharam. A

competência da Petrobrás tem o reconhecimento da comunidade técnica internacional vinculada à indústria do petróleo. Em maio deste ano a Companhia foi distinguida, em Houston, Texas, USA, com o prêmio da OTC — Offshore Technology Conference, considerada a empresa que mais avanços tecnológicos proporcionou à exploração petrolífera offshore, em águas profundas. Este prêmio, considerado um Nobel do setor petróleo, foi disputado por centenas de empresas de todo o mundo.

A extraordinária contribuição da Petrobrás para o desenvolvimento do País — 4% do PIB e cerca de 10% do Produto Industrial —, é fato que nem mesmo os seus mais virulentos adversários têm o arrevelamento de negar. São 60.000 empregos diretos e 3.000.000 de indiretos. A economia de divisas proporcionada pelas operações de produção, refino e transporte alcança US\$ 9 bilhões, anualmente. A empresa é o esteio de mais de 7.000 empresas privadas brasileiras que lhe fornecem materiais, equipamentos e lhe prestam serviços. Líder no país, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, mantendo convênios com dezenas de universidades e centros de pesquisa. Tudo isto é feito sem que a Companhia receba um centavo do Tesouro Nacional. Ao contrário, em 1991, a Petrobrás pagou, em impostos, contribuições sociais e royalties, mais de US\$ 2,7 bilhões, contribuindo de forma expressiva para reduzir o déficit público. Além disso, tinha a receber do Governo e de diversos órgãos governamentais, em setembro/92, quase US\$ 4 bilhões. Estes números desmentem a colocação cavilosa do Sr. Freitas de que "o preço da incompetência é assumido pela tão combatida nação brasileira".

O Sr. Fernando Paulo revela total ignorância nas questões relativas à indústria petrolífera ao afirmar que "o Estado não tem nada que ver com petróleo, petroquímica e/ou fertilizantes". Dentre as 15 empresas maiores produtoras de óleo do mundo, 11 são estatais. Entre as 10 maiores, 8 estão sob controle do Estado. As empresas petrolíferas estatais controlam 93% das reservas mundiais. A intervenção do Estado na estratégica indústria petrolífera, ditada por razões de segurança nacional e de soberania, é cada vez mais acentuada. O mesmo ocorre nas indústrias petroquímicas e de fertilizantes. Um estudo recente, elaborado para a ABIQUIM — Associação Brasileira de Indústrias Químicas pela empresa de consultoria americana Arthur D. Little, mostra que a tendência é a de uma intervenção/participação cada vez maior do Estado, tanto como fornecedor de matérias-primas quanto evoluindo de uma posição de árbitro para o papel de sustentador da petroquímica. São numerosos os exemplos de empresas estatais atuando na petroquímica, em praticamente todos os países do mundo: Pemex (México), Pequiven (Venezuela), Enichen (Itália), OMV (Áustria), Repsol (Espanha), Neste (Finlândia), Statoil (Noruega), Sabic (Arábia Saudita), Pertamina (Indonésia), Rhone Poulenc (França), NPC (Tailândia), Petrobrás (Malásia), DSM (Holanda), para citar algumas. No setor de fertilizantes seria suficiente mencionar que mais de 65% dos nitrogenados produzidos na Europa têm origem em empresas estatais, dentre elas a Norsk Hydro e a Kemira (Noruega), NSM (Holanda), Basf (Alemanha), Enimont (Itália), Grand Paroisse (França), Enfersa (Espanha).

Quanto à participação da Petrobrás no Proálcool, que o Sr.

Fernando Freitas procura denegrir, afirmando que "até hoje não sei o que faz a Petrobrás na distribuição do álcool", foi ela decisiva para a viabilização do importante programa. A Petrobrás colocou à disposição dos produtores toda a sua infraestrutura, incluindo tancagem para armazenamento do produto, dutos e navios para a sua movimentação além de se responsabilizar pela manutenção de estoques estratégicos.

Repudiamos, com a maior veemência, a colocação, injusta, leviana e irresponsável do Sr. Fernando Freitas de que a "Petrobrás é o meio de cultura ideal, para todo tipo de falcaturia, irregularidades, desvios e práticas sórdidas, já comentadas e conhecidas por todo o povo brasileiro". A Petrobrás é casa de gente séria, admitida, democraticamente, pela via do concurso público. Casa de brasileiros que têm consciência de importância do seu trabalho para tornar o Brasil mais independente e justo. Os seus quadros têm elevado preparo técnico e gerencial. Alguns chegam a lecionar em universidades estrangeiras. O corporativismo, tão criticado, na realidade é sadio e necessário espírito de corpo. É a disposição de lutar por uma Petrobrás cada vez maior, mais transparente, democrática, sob controle e a serviço da sociedade brasileira. De lutar para preservar a Companhia das influências nocivas, como no recente "esquema PP", para resguardá-la das práticas fisiológicas e clientelistas. Esse aliás, é o entendimento do povo brasileiro, que confia na Empresa, considera a Petrobrás eficiente e acha que ela é uma estatal que deu certo, conforme revelou recente pesquisa do Ibope.

Ricardo Maranhão, engenheiro, é vice-presidente do Clube de Engenharia de Rio de Janeiro e diretor da Associação dos Engenheiros de Petróleo — Aepet.

O rei está nu

**HILDEBRANDO J.C. GONSALES E
JULIO DINIZ BASTOS PINTO**

Imagine se um cidadão lesse no jornal artigo escrito por um assessor da presidência do PND (Programa Nacional de Desestatização) e esse leitor tivesse conhecimento, mesmo que superficial dos setores de petróleo e petroquímico. Após a leitura das primeiras linhas, teria plena certeza de que a formulação e a condução desse programa governamental não possuem a mínima coerência.

O assessor do PND que assinou no dia 18/08, na *Folha*, o artigo "Insidia e Corporativismo" tenta confundir o leitor com ultrapassados chavões neoliberais, tão vazios quanto o discurso de seus chefes e do desacreditado governo Collor.

Em primeiro lugar, é importante alertar aos leitores que o objetivo do desmantelamento predatório do Estado brasileiro foi magistralmente definido no relatório da CPI do PC, pelo seu relator, senador Amir Lando da seguinte forma:

"Os indícios apontam para acintosa montagem de uma operação intencional, com vistas a abrir um espaço, no âmbito da administração dos negócios públicos, para que nele agissem e ajam agentes internos e externos à gestão pública, de modo a auferirem vantagens e benefícios ilícitos e ilegais."

Em outro trecho o relator afirma: "Os alquimistas do 'Bolo de Noiva' inventaram ou favoreceram um 'ecossistema próprio', um ambiente propício a que grassasse tal nova espécie do gênero dos aproveitadores."

Isso posto, passamos a seguir a demonstrar as incoerências e a fragilidade dos argumentos do assessor da presidência do PND.

Foi enfaticamente afirmado em seu artigo que a utilização das "moedas podres" significa "o saneamento financeiro do Estado em benefício de todos nós".

Ao tecer tal consideração, o articulista foi "insidioso" pois pelo cargo que ocupa na estrutura do PND poderia ter ao menos se dado ao trabalho de ler o artigo 39 do decreto 99.463 de 16/08/90, que estabeleceu que os recursos oriundos das alienações de ações de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização serão aplicados na aquisição de títulos da dívida pública federal de longo prazo.

Assim a utilização de "moedas podres" na privatização de empresas do setor petroquímico quita somente as dívidas com os possuidores desses títulos, passando a ser credores do governo fede-

ral os 450 mil acionistas minoritários da PETROBRÁS/PETROQUISA, bem como toda a sociedade.

Cabe lembrar que o articulista ao invés de falar em corporativismo, deveria vir a público explicar porque até a presente data a Petroquisa teve algumas empresas privatizadas cujos valores patrimoniais atingiram a cifra de US\$ 2 bilhões, sendo que os títulos da dívida pública não foram sequer emitidos ou regulamentados, causando desta forma uma redução predatória dos ativos da Petrobrás/Petroquisa, que, inclusive, por serem sociedades de capital aberto, estão deixando de informar ao mercado e seus acionistas as repercussões patrimoniais dessas alienações, fato esse já notificado pela Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) à CVM e à sub-comissão de acompanhamento do PDN da Câmara dos Deputados.

Outra tese sem consistência defendida pelo assessor do PND é com relação ao preço mínimo de avaliação das estatais privatizadas, visto que qualquer técnico do setor petroquímico pode demonstrar que tais avaliações constituem-se em aberrações, aliás não tornadas públicas. A Copesul, o articulista deveria saber, recentemente renovou a apólice de seguros por US\$ 1,2 bilhão, enquanto o leilão dessa empresa alcançou US\$ 832 milhões. Esta quantia, se convertida pelo valor médio da cesta de moedas utilizadas (cerca de 43%) equivaleria a US\$ 298 milhões. É ou não um "precinho de ocasião"? Sendo que os compradores ainda receberam financiamento do BNDES a juros subsidiados para aquisição da Copesul.

Está bastante claro que o método adotado para as avaliações tomou por base os resultados apresentados pelas empresas ao longo dos últimos anos. Ora é sabido de longa data que os setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes, bem como todo o setor público produtivo, foram submetidos à compressão de preços e tarifas, tudo com objetivo de combate à inflação. Aliás, um sacrifício inútil. O setor público perdeu bilhões de dólares, transferidos à iniciativa privada, e a inflação está aí. É evidente portanto que esses preços comprimidos prejudicam o resultado das empresas, tendo como consequência a subavaliação.

Esse ponto-de-vista está ressaltado nas conclusões finais do relatório preliminar da sub-comissão especial do Congresso Nacional para acompanhamento do Programa Nacional de Desestatização, volume 2, parecer esse emitido por

técnicos competentes avaliados por aquela sub-comissão e que de maneira alguma podem ser acusados de corporativistas.

Aproveitamos o ensejo para pedirmos licença a este prestigioso jornal, para plagiarmos o "Sem explicação", solicitando ao moderno articulista, permita-nos o eufemismo, que venha a público e responda à sociedade, sem proselitismo e insídias, o seguinte:

1) Se o Estado não pode injetar capital nas estatais, porque a Usiminas e algumas empresas já privatizadas estão recebendo financiamento do BNDES?

2) Por que o BNDES compra "moedas podres" no mercado e financia os adquirentes de estatais com juros de 6,5% ao ano, quando as taxas de mercado variam de 20% a 30% ao ano?

3) Por que os adquirentes das estatais incluídas no PND são isentos de Imposto de Renda sobre o ganho de capital nas privatizações, conforme artigo 65 da Lei 8.383/91?

4) Quais os benefícios para economia do país, com a transferência de monopólios estatais para a iniciativa privada, como acontece na privatização da Petroflex; Nitriflex, Alcalis, Siderúrgica Nacional e Acesita?

5) Por que a modernidade do governo Collor obriga a Petrobrás a fornecer nafta subsidiada à Copesul, mesmo após a privatização desta central de matérias-primas?

6) Onde estão os benefícios auferidos pelos setores de saúde, educação, transporte, saneamento e segurança em função dos resultados obtidos com as privatizações. O Estado deixa de ser empresário e também não cumpre suas obrigações básicas no campo social?

O assessor do PND encerrou seu artigo com citação do insuspeito economista Celso Furtado, com relação ao exemplo de probidade administrativa do BNDES. Temos absoluta certeza de que as referências foram dirigidas ao papel fundamental historicamente desempenhado pelo BNDES como fomentador do desenvolvimento nacional e não ao atual papel do BNDES da gestão Collor/Modiano, transformado em um "gigolô" da privatização.

HILDEBRANDO J.C. GONSALES.

38, mestre em engenharia química, e diretor de patrimônio da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás).

JULIO DINIZ BASTOS PINTO,

41, pós-graduado em economia na Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é vice-diretor de patrimônio da Aepet.

ESTA É A BANDEIRA DOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS



Pense conosco: se você participasse de um negócio em qualquer ramo de atividade, você compraria um produto de um concorrente seu? É claro que não.

Você, que trabalha na Petrobrás, com certeza tem orgulho de pertencer à maior companhia do País e uma das maiores do mundo, respeitada por sua eficiência e competitividade.

Pois pense nisso quando for abastecer o seu carro num posto, ou trocar o óleo do motor.

Os mais de 6500 postos Petrobrás espalhados pelo País estão à sua disposição para prestar um serviço à altura do nome que eles representam. Porque você merece.



PETROBRÁS
O NOSSO POSTO